



4. PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. "**Imaginário e Identidade Cultural.**" In: Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 3, n. 28, p. 38-47, 2008.

LIMA, Joana D'Arc de Souza. "**A Representação do Nordeste nos Livros Didáticos de História.**" In: Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 18, n. 54, p. 1023-1039, set./dez. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília, DF: MEC, 2018.

---

### **O USO DA MEMÓRIA COMO FONTE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: A DITADURA MILITAR NO BRASIL EM QUESTÃO, RELAÇÃO ENSINO E APRENDIZAGEM NO COLÉGIO MASTERS GOLD EM CAJAZEIRAS-PB**

Djalma Luiz do Nascimento Dantas  
Mestrando do PROFHISTÓRIA-URCA  
djalma.trezeano@gmail.com

Lindemberg Cavalcante Trigueiro  
Graduando em História CFP-UFCG  
lindemberg.cavalcante@estudante.ufcg.edu.br

**RESUMO:** O presente trabalho busca apresentar o processo de construção de saberes históricos vivenciados por meio da memória, agora reivindicada para construção deste artigo, tendo a memória como fonte histórica (LE GOFF, 2013) a ser utilizada como saberes na escola. Visa apresentar a relação entre aluno e professor durante o Ensino Médio no Colégio Masters Gold em Cajazeiras-PB, no período de 2019 a 2021. Como plano de fundo das discussões estão as reflexões de como a memória das vítimas da ditadura podem ser estudadas em contexto escolar, de modo a serem metodologicamente problematizadas com propósito de atingir a consciência histórica (CERRI, 2011) sobre o tema. Problematizando esses temas sensíveis acreditamos ser possível construir um ensino de história vultoso para uma cultura de respeito à vida e aos Direitos Humanos.

**Palavras Chaves:** Ensino de História; Memória; Ditadura; Direitos Humanos; Vida.

O presente artigo surge do reencontro do Prof. Djalma Luiz, com seu aluno do Ensino Médio e agora estudante de graduação em História na Universidade Federal de Campina Grande no Centro de Formação de Professores - UFCG-CFP, Lindemberg



Trigueiro, ambos construíram no Masters Gold Colégio e Curso de Cajazeiras-PB período de 2019 a 2021 vínculos de aprendizagem e fraternidade, que foram além do espaço escolar.

Esta relação possibilitou o debate entre o professor e o estudante sobre a problemática do Ensino de História ao apresentar o período da Ditadura Militar no Brasil como conteúdo de conhecimento do Ensino Médio. No foco desta conversa, observaram que há uma omissão de debates acerca da problematização de temas sensíveis e violentos. A esse respeito, quando perceberam que durante os anos finais do Ensino Médio, pouco foi apresentado sobre os crimes ocorridos no período de governo militar, não se recordaram de terem debatido com grande veemência as torturas físicas e mentais, os desaparecimentos e assassinatos mal explicados pelo governo.

Ambos concordam que temas como esse devem ser melhor explanados e debatidos em sala de aula, principalmente nas aulas de história, e como saída para a introdução destes temas, o uso da memória se faz essencial, juntamente com os relatos das vítimas, de seus familiares e, também, daqueles que esperam resposta dos entes queridos, presos e desaparecidos.

Estes relatos deveriam e necessitam ocupar plano central nos debates e exposições nas aulas, a fim de combater o negacionismo e até mesmo o falso heroísmo dos militares, evidenciados na sociedade contemporânea em que vivenciamos a democracia, mas que parece desconhecer ou ignorar o poder opressor de regimes autoritários.

Obviamente, consolida-se nesse debate a clareza de que as relações de ensino e aprendizagem que vivenciaram e construíram nos anos finais do Ensino Médio, onde estiveram juntos compartilhando saberes e aprendizagens, foram importantes na formação desta concepção. Importante frisar, que o ambiente escolar no Masters Gold Colégio e Curso, permitiu e buscou preconizar em suas diretrizes educacionais a aplicação da “Pedagogia da Liberdade” permitindo assim a aplicação de uma “Educação” para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito” (FREIRE, 1967).

Não sendo surpresa, que este reencontro, acendesse a problemática de como se trabalhar a ditadura e seus temas sensíveis na sala de aula, na ocasião de Lindemberg debruçar seu olhar de estudos na graduação para a Memória das vítimas do Regime Militar, tendo em vista que houve, durante anos, um forte influência do estado em querer silenciar



essas vozes.

A política estatal de virar as costas para o passado para preocupar-se só com o futuro, não trouxe nenhum tipo de alívio para aqueles setores da sociedade que foram vítimas da ditadura e em nada contribuiu para que as novas gerações conhecessem uma experiência histórica que marcou, na carne e na consciência, parte da geração dos pais e avôs. Se mais esquecimento significou menos verdade (PADROS, 2012, p. 65).

Logo, quando Lindemberg se deparou com as primeiras leituras sobre o tema, questionou-se e, em conversa com o professor Djalma Luiz, indagou: Por qual razão a Memória das vítimas da ditadura foram pouco trabalhadas e assim silenciadas durante nossas aulas de História do Ensino Médio? Ora, se tratando uma instituição particular de ensino que não impõe ideologias, dogmas religiosos ou censuras nas aulas, juntos passamos a refletir as causas deste distanciamento da memória das vítimas naquele período.

Como base nessa inquietação, se há uma condução do processo de ensino e aprendizagem pelas diretrizes governamentais, percebemos que o uso da Memória pode ser uma fonte para se fazer presente e ouvidas as vítimas e suas vozes, nas aulas de História quando se propõe a estudar a Ditadura Militar no Brasil.

O primeiro ponto de análise, para compreender o esquecimento e apresentar alternativas para torná-los visíveis, é o de compreender os currículos e suas grades curriculares como prisões impostas para o controle educacional, quase sempre amarrados ao livro didático como principal condutor do percurso educativo, afinal os livros também são imposições dos governos vigentes. Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), não se faz menção ao combate a regimes autoritários, de forma a suavizar a ditadura como nos apontou Walter Benjamim, onde apresenta a seguinte redação na competência 05: “Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos (BRASIL, 2017 p.558).

Ao tempo que nos Parâmetros Curriculares Nacionais PCN's, permite-se ao professor, de forma subversiva, utilizar a memória como estratégia pra incluir em suas aulas de história as vítimas como figuras centrais do período de opressão que deve ser despido da

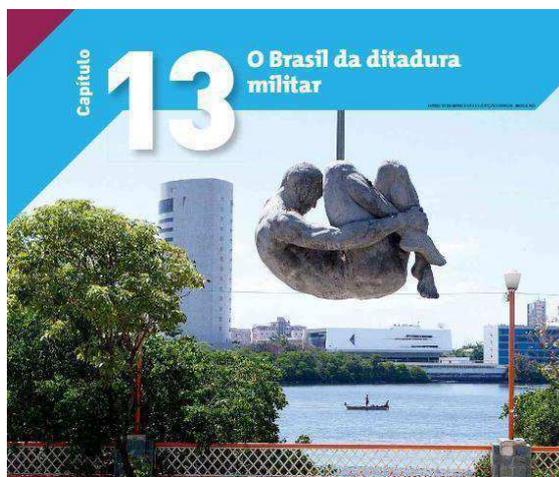


falsa moralidade, honestidade e patriotismo que escondem a parte obscura das suas ações de opressão em nome do poder. Os PCN's permitem que o docente em história traga para o contexto escolar o que a burocratização do Estado dificulta e impede, pois a memória das vítimas são luzes para se desvendar o passado, em tempos em que as futuras gerações precisam descobrir e, assim, impedir que se repitam.

Um compromisso fundamental da História encontra-se na sua relação com a Memória, livrando as novas gerações da “amnésia social” que compromete a constituição de suas identidades individuais e coletivas. O direito à memória faz parte da cidadania cultural e revela a necessidade de debates sobre o conceito de preservação das obras humanas. A constituição do Patrimônio Cultural e sua importância para a formação de uma memória social e nacional sem exclusões e discriminações é uma abordagem necessária a ser realizada com os educandos, situando-os nos “lugares de memória” construídos pela sociedade e pelos poderes constituídos, que estabelecem o que deve ser preservado e lembrado e o que deve ser silenciado e “esquecido” (BRASIL, 1988, p. 26 – 27)

Para esta tarefa, foi possível também refletir que a memória das vítimas pouco aparece nos materiais didáticos, cabendo ao professor e aos alunos buscarem ser subversivos a ordem vigente. Para reafirmarmos a percepção de silenciamento durante as aulas vivenciadas no Ensino Médio, procuramos no livro didático utilizado na época, encontrar quais foram os subsídios por ele fornecidos para o ensino e aprendizagem dos saberes da Ditadura. O livro utilizado para estudos foi *História 3*, editora Saraiva (VAINFAS, et. e tal. 2021) que tem o capítulo 09 dedicado ao tema aqui discutido.

Logo no capítulo 13 os autores apresentam a imagem de uma escultura de um homem sendo torturado, abrindo os questionamentos sobre a violência empreendida pelo exército para quem indispôs-se ao regime, o tão simbólico e cruel *Pau de Arara*. “O monumento Tortura Nunca Mais está localizado na praça Padre Antônio Henrique Pereira, no centro de Recife, às margens do rio Capibaribe. Obra do arquiteto Demétrio Albuquerque, foi inaugurado em agosto de 1993” (VAINFAS, et. e tal. 2021, p. 219).



(Figura 1: Imagem retirada do livro História 3. Editora Saraiva. VAINFAS, et. e tal. 2021, p. 219)

Embora o livro traga imagens marcantes que permitem aos alunos visualizar, estas representações do passado, muitas vezes simbólicas como apresentado por Peter Burker (2017) como ideais de valores sem a devida orientação, pode ser manuseada pelas forças de poder como propaganda visual, podendo ser usada para a manipulação das massas, o que representa, para o autor, é que a “imagem subversiva” tem seu impacto. Porém refletimos ser necessário à apresentação a memória que lhe atribui sentido, não de beleza escultural, mas da dor de quem conseguiu sobreviver às torturas impostas e que não tem sua narrativa presente no capítulo estudado.

Consoante ao pensamento de Jeane Gagnebin (2015), compreendemos que a falta de exposição das atrocidades, talvez pela falsa impressão de não cometimentos de crimes pelos agentes governamentais no período, a dita Lei da Anistia<sup>90</sup>, contribuiu significativamente para a falsa compreensão da sociedade de que houve uma “Ditamole”, onde não há condenados não existem culpados, o que dificulta indicação dos mal feitos que ficam sempre na interpretação do subjetivo a ser lecionado pelo professor/historiador.

Ainda, segundo Gagnebin:

<sup>90</sup> Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.



(...)a ditadura brasileira, tantas vezes celebrada como ditadura suave (ver o jogo de palavras infame entre “ditadura” e “ditabranda”), porque não assassinou um número tão grande de vítimas como seus ilustres vizinhos, é uma ditadura que não é somente objeto de uma violenta coerção ao esquecimento, mas também é uma ditadura que se perpetua, que dura e contamina o presente. (2015. p.06)

O livro didático que foi utilizado, apresenta o período de forma amena, sem apontar o enfoque crucial das perseguições, prisões, exílios e todos os crimes que foram anistiados, assim como a lei o livro didático, segue olhando para a ditadura para ações políticas, desenvolvimentistas, econômicas e de infraestrutura, devolvendo ao povo, pacificamente, a democracia, colocando as forças armadas como fiadoras do processo de redemocratização.

Em 2021, durante a pandemia, os contatos aconteceram online em aulas virtuais, vivenciamos a história e sobrevivemos a pandemia de COVID-19, nada se compara às dores sofridas pelos violentados pelo Regime, mas o distanciamento favoreceu a perpetuação do esquecimento que se apresenta na memória das vítimas da Ditadura. Preocupados em sobreviver e se adaptar às realidades impostas, buscou-se cumprir os prazos e conteúdos estabelecidos como indispensáveis para o êxito dos alunos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Estabelecemos como fatores preponderantes para entrave, o desenvolvimento de atividades pedagógicas que utilizassem a memória das vítimas no contexto de aprendizagem escolar no período em questão.

Assim, pensar que as dificuldades enfrentadas por ambos, podem ter sido reverberadas por outros alunos, nas mais diversas escolas do país, coloca-os a refletir de como a falta da memória das vítimas da ditadura no ensino de história podem contribuir para a formação de um senso comum que deságua nos atos de 08 de janeiro de 2023, no qual grupos conservadores desprezaram os acontecimentos históricos passando a defender nas ruas o retorno do regime autoritário, parece que vivenciamos a amnésia Social (MOTTA, 2016).

Defendemos ser necessário o uso da Memória para:

A reconstrução da memória através de textos e não de oradores coloca mais claramente do que nos nossos exemplos anteriores o problema de saber em que medida a memória é determinada pelas linhas narrativas características de um dado gênero, (...) põe também em destaque a questão



de quem controla a comemoração em determinada sociedade, (...) Mas o papel do passado distante e alheio como ponto de referência histórico (e moral) é a questão que mais convém desenvolvermos aqui, pois tem vários paralelos imediatos. (FENTRESS, WICKHAM, 1992, p. 133).

Para consolidar esta reconstrução, defendemos que a Memória Social, apresentada na medida do possível nas aulas de História como fontes permanentes de denúncia, tendo sido o nosso país o único a não levar aos tribunais os torturadores de farda na América Latina, cabe aos professores, de forma subversiva, levar esses saberes para a sala de aula e de pronto para a sociedade, pois as violações que foram praticadas em torturas, assassinatos e desaparecimentos das pessoas que contrariaram o governo autoritário, merecem ser publicizadas para todo o mundo afim de explanar os reais acontecimentos que aqui houveram sem haver justificativa para anistia.

De alguma forma, é dever histórico não permitir o esquecimento dos heróis da pátria que se opuseram à forte opressão. Entendemos que é preciso revidar. As vítimas tiveram de conviver com as mais diversas representações de apagamento e aniquilação de quaisquer confirmações que evidenciassem a participação suja do Estado nessa calamidade que deixou marcas irreparáveis na sociedade, e esse trabalho deve ser iniciado nas salas de aula (Dantas, 2022).

As ruas, as famílias e as redes sociais, estão tomadas por imposições de ideologias extremistas conservadoras que tentam deslegitimar o papel do professor e da História utilizando destes espaços, buscando adquirir controle e manipulação dos sistemas sociais vigentes. Sendo de responsabilidade da escola, sobretudo do professor de História buscar rerepresentar os valores democráticos conquistados com suor pelos opositores ao regime ditatorial, que marcou profundamente a vida dessas pessoas.

No decurso do tempo, ocorreram diversas institucionalizações de organizações que visam memorar vítimas em benefício de elucidar o doloroso passado sofrido por tais e não deixar aquela *mancha* cair no esquecimento para que se recorde a todo momento, pois “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado”. (Bloch, 1949). Diante disso, é notória a proeminência da fundamentação de apontamentos que desvendem a história a partir do passado, para proporcionar ao menos uma contextualização base para as inúmeras discursões e debates atuais no meio historiográfico.



(...) mais importante que *a punição* – e mesmo que a reparação – continua a ser a palavra de justiça que estabelece publicamente as responsabilidades de cada um dos protagonistas e designa os lugares respectivos do agressor e da vítima numa relação de justa distância. (RICOEUR, p.481)

No intuito de impedir o esquecimento e rematar dados sobre as violações dos Direitos Humanos cometidas no período que compreende meados de 1946 a 1988, é instituída em 16 de maio de 2012, durante o Governo de Dilma Rousseff (2011-2016), a Comissão Nacional da Verdade. Segundo o relatório final da CNV, entregue à presidenta Dilma em dezembro de 2014, morreram ou desapareceram no Brasil, 434 pessoas durante a ditadura, os que sobreviveram relatam as dores que precisam ser levadas aos ouvidos dos estudantes.

Para que não se esqueçam, assim relatou o que sofreu a professora Izabel Fávero:

E aí, no dia seguinte, nós fomos embarcados, eu numa ambulância, meu marido num caminhão do Exército, e eles deixaram entender que iam nos levar para Curitiba, a gente saiu e ninguém sabia o nosso destino. Mas eles trouxeram a gente para o Batalhão de Fronteira. O prazer deles era torturar um frente ao outro e dizer “olhe, sua vadia, ó ele está apanhando por culpa sua que você não quer colaborar”, entendeu? Ou o contrário, entende? Era um jogo de tortura psicológica, física, pra desestruturar mesmo, desestabilizar a gente. Eu fui muito ofendida, como mulher, porque ser mulher e militante é um carma, a gente, além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia, a palavra mesmo era “puta”, “menina decente, olha para a sua cara, com essa idade, olha o que tu está fazendo aqui, que educação os teus pais te deram, tu é uma vadia, tu não presta”, enfim, eu não me lembro bem se no terceiro, quarto dia, eu entrei em processo de aborto, eu estava grávida de dois meses, então eu sangrava muito, eu não tinha como me proteger, eu usava papel higiênico, e já tinha mal cheiro, eu estava suja. (Fonte: NONADA)

Outro relato marcante de Robeni Baptista da Costa, estudante:

69, eu fui presa na sala de aula. Eu estava fazendo uma prova de... não me lembro do nome da matéria, mas o professor chamado Espina. Eu estava fazendo, estava lá no meio da turma, de repente eu vi dois homens na sala, chamaram o professor e tal... terminei a prova e fiquei enrolando, enrolando... um colega saiu, chamado Milton. Milton saiu e me mostrou também para os homens, para os dois homens. “Estou presa!”. Chega uma hora não tinha mais ninguém, eu tinha que sair. Conversei com o professor: “Professor, eu vou ser presa, por favor, conte para alguém”. “Mas eu nem sei se você é minha aluna! Eu nem sei se você é minha aluna”. Aí, os homens lá, eu saí... algemada na hora. No dia seguinte de manhã, os caras atiraram para cima tudo o que eles tinham, para cima, para o ar. E aí, eles se abraçavam, gritavam... ih, aconteceu alguma coisa. No dia seguinte de



manhã os caras chegaram batendo na porta: “Pode pegar, pega tudo o que cada um tem, pode ir embora, estão liberados.” Sem processo, sem nada, nada, nada. Saí na banca, vi na banca, era Marighella...ele foi morto no dia 4, eu saí no dia 5 de novembro. (...) Nisso, em fevereiro de 71 eu fui presa de novo, e aí eu fui presa e a coisa veio...o tal do repique. De madrugada os caras chegaram me arrebatando, procurando armas. Não tínhamos armas porque nós não éramos do chamado grupo tático armado. Mas mesmo assim eu fui torturada, não no pau de arara, porque tem muita gente que fala que foi para o pau de arara. Eu vi um cara no pau de arara, que foi o Alcides Mamizuka, o meu companheiro.

Para além dos depoimentos marcantes, o uso de recursos digitais está disponível para estudantes e professores. Inúmeros documentários com relatos dessas vítimas que podem ser usados como fonte para evitar o esquecimento, são fontes da memória fecunda que permitem, durante o processo de aprendizagem, observar com os próprios olhos, e ao menos tentar sentir as dores dessas pessoas que lutaram por democracia. Mesmo não sendo estimulados pelos livros e currículos, pode-se se fazer presente, respeitando a complexidade dos temas sensíveis, estimular a reflexão e defesa da democracia.

A este serviço, apontamos os seguintes documentários, para inserção da memória como fonte da aprendizagem: História de três vítimas dos "porões da ditadura" e o Documentário "Memórias Femininas da Luta Contra a Ditadura Militar" encontrados no Youtube. A seguir, link e QR CODE de acesso, para conhecer os relatos do período, narrados por quem vivenciou a história e nela foi sujeito da luta pela Democracia que conhecemos hoje.



(Figura 2: Imagem retirada do Youtube)



(Figura 3: Imagem retirada do Youtube)

<https://www.youtube.com/watch?v=YWtuhUsn5ao>



(Figura 4: Imagem retirada do Youtube)



(Figura 5: Imagem retirada do Youtube)

<https://www.youtube.com/watch?v=WyTwjZAH7SI&t=23s>

Como afirma o documentário “Memórias Femininas da Luta Contra a Ditadura Militar” (projeto do Laboratório de Estudos do Tempo Presente – Instituto de História/UFRJ), existe um campo de estudos voltado para a reflexão e produção bibliográfica, onde há um maior destaque acerca da contribuição da memória das vítimas para a avidez dessa violência política.

Atualmente, muitos países buscam, pontualmente, responder às violências e repressões a partir, principalmente, da história oral, viabilizando o testemunho dessas tristes experiências para a verificação e comprovação desses eventos, lutando veementemente contra a abstração desses fatos. Essas comprovações são consideravelmente virtuosas para o debate em sala de aula, sobretudo durante as aulas de história, onde esse debate tem ainda mais valor agregado.

No mesmo documentário, entrevista-se Nair e José Guedes, ambos ex-presos políticos e exilados. Nair relata detalhes da vida durante a clandestinidade, dando enfoque às marcas físicas e mentais, bem como as angústias com as quais tem de conviver. Segundo o documentário, “Os depoimentos não devem ser a fonte exclusiva para o entendimento do processo histórico, mas são fundamentais para o entendimento das representações subjetivas de uma época [...]”.



Outro depoimento é de Rose Nogueira, integrante do Grupo Tortura Nunca Mais – SP. Rose menciona alguns momentos de abusos sexuais: “Esse abuso, essa coisa horrível da tortura, não dá pra imaginar, não dá... eu sei que foi comigo, mas foi com os outros também, e continua sendo, aí no Brasil”. Neste relato, Rose nos ajuda a compreender momentos sublimes ocorridos durante os aprisionamentos que viabilizam preencher lacunas deixadas pelo vazio do silêncio e atestar que a tortura não se fez presente tão somente de maneira física, mas também mental, provocando profundos e severos traços que jamais serão esquecidos ou vencidos na memória das vítimas.

Hoje, no Brasil, o debate público ressalta a preocupação com a existência do negacionismo, em que o esquecimento e a reparação são palcos para discursões atuais particulares, principalmente em razão da busca pela memória das vítimas através de relatos das próprias vítimas e/ou de familiares que almejam a punibilidade dos responsáveis, ganhando maior destaque e visibilidade no âmbito político.

O (des)cohecimento histórico é um dos principais causadores da perda identitária pelo sujeito que não busca representação memorialista, ou seja, no caso do negacionismo neste contexto, a identidade vai sendo fadada ao esquecimento na medida em que essa reprodução simbólica e ilustrativa está sendo colocada em segundo plano no Ensino de História, nas salas de aula, mas sobretudo, no papel individual do sujeito histórico, tendo que buscar o reconhecimento do passado e combater tal apagamento.

Conclui-se, portanto que, amparado de todo esse debate acerca do uso da Memória para o ensino de história, é incalculável a importância da inserção de temas sensíveis como a Ditadura Militar, bem como a memória das vítimas nas discussões em sala de aula; mas vai além disso, é necessário que os livros didáticos também sejam símbolos dessas representações de luta contra o negacionismo.

Diante desses debates entre o professor de história e o aluno, hoje, graduando em história, percebeu-se a carência de olhares empáticos e despertou, dentro desse questionamento, a fundamentação da memória no debate contextualizado na Ditadura Militar durante as discussões nas aulas de história nos anos finais do Ensino Médio.

## Referências



WESCHLER, Lawrence, - Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores. TRad.: Tomás Bueno. **Projeto Brasil: nunca mais**, tomo III. Petrópolis, Editora Vozes, 1988

Norberto Bobbio. **Estado, governo, sociedade: fragmentos de um dicionário político**. Imprensa: São Paulo, Paz & Terra, 2017.

BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. In: **Apologia da História ou O ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001, pp.

Weichert, M. A. (2015). **o relatório da comissão nacional da verdade**.

CONQUISTAS E DESAFIOS. **Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, 50. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/24040>

RICOEUR, Paul. **A história, a memória, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007

MOTTA, Márcia Maria Menéndez. História e memória. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 16, n. 17, p. 179-200, 2003.

MACHADO, Carlos Eduardo Jordão; MACHADO JR, Rubens; VEDDA, Miguel. **Walter Benjamin: experiência histórica e imagens dialéticas**. SciELO-Editora UNESP, 2017.

VAINFAS, Ronaldo (et. al.). **História 3: Ensino Médio**. São Paulo: Saraiva, 2016.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. São Paulo: Unesp 2017.

Projeto Marcas da Memória UFRJ. Documentário “**Memórias Femininas da Luta Contra a Ditadura Militar**”. YouTube. 2015. <https://www.youtube.com/watch?v=YWtuhUsn5ao>